

O PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE
EDIFICAÇÕES PELO IFG

Helvécio Goulart Malta de Sá¹

Antônio Luiz de Souza²

Maria Madalena Queiroz³

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa realizada de agosto de 2009 a novembro de 2010, com o objetivo de investigar as contribuições do estudo de História no ensino técnico integrado de nível médio do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, para a formação do profissional de Edificações. Pretendia-se verificar, nesta pesquisa, quais as contribuições que esta forma de educação profissional integrada poderia propiciar para uma formação humana que superasse as dicotomias produzidas no mundo capitalista e qual o papel do ensino de história neste tipo de organização curricular. A escolha do IFG como campo para a investigação acerca da educação profissional deve-se a importância desta instituição, no contexto da história da educação e da formação social e econômica do Estado de Goiás. O IFG completou, no ano de 2009, um século de existência. Neste tempo, o Curso de Edificações destacou-se pela contribuição na formação de técnicos para a construção civil, importante ramo da economia goiana. Inicialmente, discorre-se sobre o método de investigação e os caminhos da pesquisa. Em seguida, apresenta-se o ambiente da pesquisa: o IFG e o Curso de Edificações. A partir daí, analisa-se o papel da disciplina História no Projeto político pedagógico e na prática educativa do curso técnico em edificações, tomando como referência dados obtidos no PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional) do IFG, PPP (Projeto Político Pedagógico) do Curso Técnico de Edificações e na observação de atividades pedagógicas. Durante os dois semestres em que o pesquisador procurou se inserir nas atividades de ensino de História, na instituição, a observação da prática pedagógica dos dois professores acompanhados indicou que a disciplina constitui-se em um elemento curricular fundamental no curso técnico integrado, para a construção de uma concepção crítica e ampliada do mundo e do trabalho. Entretanto, é necessário envidar esforços para a realização de uma ação interdisciplinar coletiva, a fim de que o curso realmente cumpra seus objetivos e possibilite uma formação integral do futuro trabalhador.

Palavras chave: Políticas educacionais, Ensino de História, Educação e trabalho, Formação Profissional, Legislação educacional

¹ Arquiteto, licenciado em História pela PUC Goiás. Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho. Contato: helveciogms@gmail.com.

² Professor da PUC Goiás. Graduado em História, e especialista em História Cultural e Educação e mestre em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Contato: alsouza1956@uol.com.br.

³ Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduada em História pela Universidade Católica de Goiás e mestre em Educação Escolar e Brasileira pela Universidade Federal de Goiás. Contato: mmadalenaqueiroz@yahoo.com.br.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma investigação que pretendia fornecer subsídios para a compreensão do atual momento da educação profissional no país e, neste contexto, analisar as contribuições do ensino de História no ensino técnico integrado de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, para a formação integral do profissional de Edificações, no sentido de desenvolvê-lo em suas múltiplas dimensões: humanísticas, técnicas, culturais e políticas.

A escolha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG - como campo para a investigação acerca da educação profissional deve-se a importância desta instituição, no contexto da história da educação e da formação social e econômica do Estado de Goiás. O IFG completou, em 2009, um século de existência. Neste tempo, o Curso de Edificações destacou-se pela contribuição na formação de técnicos para a construção civil, na região.

Todo profissional deve ter uma formação geral, ampla, a fim de se situar no mundo de maneira que possa contribuir para transformar as estruturas injustas da sociedade capitalista, que aliena do trabalhador o produto de seu trabalho, assim como dificulta a compreensão do processo produtivo e dos saberes a ele necessários. De acordo com Paulo Freire (1980), ninguém transforma o que não conhece. A necessidade de superar esta alienação justifica a importância do estudo da relação entre educação e trabalho, formação geral e formação técnica, no contexto da educação profissional.

As profundas mudanças pelas quais vem passando o mundo, desde a segunda metade do Século XX, produziram significativas transformações na prática social e no trabalho, que vem sofrendo um processo de precarização acelerada. A educação não pode ser compreendida fora do contexto destas mudanças na realidade social, política e econômica. Observa-se, em todo o planeta, uma grande inquietação nos meios ligados ao setor educacional, provocando reformas que buscam sua adequação às novas exigências. A educação *secundária*, a que corresponde o ensino médio no Brasil, é a grande questão com que se debatem atualmente os sistemas educacionais. Como conciliar a tarefa de preparação dos alunos desta última etapa da educação básica para o trabalho e para o prosseguimento nos estudos? Como contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento como pessoa humana e como cidadão? Que vínculos devem ser estabelecidos entre a educação geral e a educação profissional?

Estes são alguns dos grandes desafios que os sistemas de ensino devem enfrentar na realidade brasileira. A educação de nível médio não consegue atrair e

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

manter o interesse dos adolescentes e jovens. A falta de identidade desta etapa do ensino associa-se a falta de perspectiva de vida da maioria dos jovens brasileiros num contexto em que o ensino superior permanece como uma possibilidade para poucos e o mundo do trabalho exclui uma parcela cada vez maior da população.

Os sistemas educacionais estão obsoletos quer na sua concepção, quer nas possibilidades de trajetórias que oferecem ou ainda no estágio tecnológico em que se encontram, embora haja exceções. A estrutura educacional e o modelo de oferta têm que ser construídos de forma bastante flexível para atender a diferentes situações no tempo e no espaço, considerando tanto as rápidas mudanças tecnológicas e as necessidades da vida cidadã como as tendências regionais e do mercado internacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, na sua primeira versão, no que se refere à educação profissional, foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.208/1997 e pela Portaria Ministerial nº 646/1997. Essa legislação tinha como objetivo explícito orientar a organização do currículo da educação profissional cuja finalidade prescrita pela nova ordenação legal consistia em “conduzir o educando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Art. 39 da LDB nº 9.394/1996, BRASIL, 1996).

Uma das medidas mais questionadas desta legislação foi instituir a separação entre a educação profissional e a educação regular. No caso do ensino técnico, ele passou a ser oferecido de forma concomitante ou subsequente ao ensino médio.

Em 2004, no Governo Lula, formulou-se uma nova regulamentação referente à educação profissional. As alterações na legislação educacional faziam parte do projeto de governo, inserido por meio das lutas de diversos movimentos da sociedade civil. (VIROTE, 2009)

Para reorganizar o ensino profissional, revogou-se o Decreto Federal nº 2.208/1997 e a Portaria Ministerial nº 646/1997 e editou-se o Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) homologou o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 39/2004, que dá aplicação ao referido decreto, bem como a Resolução CNE/CEB nº 01/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. A partir destas novas medidas legais, retomou-se o ensino técnico de nível médio integrado ao ensino médio.

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

Passados quatro anos das medidas legais empreendidas pelo governo em 2004, foi aprovada a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da LDB nº 9.394/1996, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, um dos primeiros cursos implantados após a aprovação desta nova legislação foi o Curso Técnico de Edificações, no ano de 2007.

Neste trabalho, levanta-se a indagação: as orientações contidas na legislação atual poderão dar suporte real para o movimento de (re) construção de uma proposta curricular que seja capaz de subsidiar a efetivação de um projeto educacional consistente e comprometido com a formação técnica cidadã e emancipadora? Qual o papel do ensino da História na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, seus princípios e concepções teóricas básicas, no IFG e, em especial, no Curso Técnico de Edificações?

Para responder estas questões, buscou-se observar e analisar a prática pedagógica do ensino de História na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, no IFG (sede), especificamente no Curso Técnico em Edificações.

O tema é instigante, principalmente, devido à crescente mudança no modo de ser e atuar do trabalhador, no contexto socioeconômico, em função do processo de globalização, que marca a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente.

Nesse contexto, o trabalho humano vem sendo analisado por teóricos das mais diversas áreas do conhecimento, inclusive por historiadores e pesquisadores da educação, que o consideram o elemento chave, para compreender as mudanças na área educacional, levando em conta a natureza multidisciplinar desta problemática, preocupados em esclarecer as relações entre o tipo de escolaridade necessária ao jovem e ao adulto cidadão de nosso tempo e o mundo da produção.

Estes teóricos ressaltam que, na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica, uma meta ainda a ser atingida consiste na inclusão dos jovens, adultos e trabalhadores que buscam uma formação profissional e tecnológica gratuita e de qualidade, que lhes possibilite novos horizontes para suas vidas. Entretanto, no Brasil, apenas uma pequena parcela da população tem acesso ao

ensino, para além da escolaridade obrigatória. Apesar disso, quase inexitem políticas públicas voltadas para que a classe trabalhadora ingresse, permaneça e tenha melhores condições de exercer sua cidadania na escola. (VIROTE, 2009)

Permanece como meta a consolidação de uma educação pública de qualidade, que possibilite ao cidadão uma formação que contemple trabalho, ciência, tecnologia e cultura, capacitando-o a se exercitar técnica e intelectualmente e a participar ativamente da construção histórica de uma sociedade mais justa e mais humana. Para realizar esta formação, a escola precisa assumir a tarefa política de formar cidadãos que sejam capazes de, no mundo do trabalho, entender o valor do seu conhecimento e do seu trabalho como instrumento de enfrentamento da lógica da sociedade capitalista em que vivem.

Este texto está dividido em três partes. Inicialmente, apresenta-se o método de investigação e os caminhos da pesquisa. Em seguida, apresenta-se o ambiente da pesquisa: o IFG e o Curso de Edificações. Posteriormente, analisa-se o papel da disciplina História no Projeto político pedagógico e na prática educativa do curso técnico em edificações, a partir de dados obtidos no PPPI do IFG, PPP do Curso Técnico de Edificações e por meio de observação de atividades pedagógicas.

1 Os caminhos da pesquisa: procedimentos e instrumentos

Nesta pesquisa, assumiu-se como hipótese investigativa que a disciplina História, no ensino técnico integrado de nível médio do IFG pode contribuir para a formação do profissional de Edificações, no sentido de desenvolver uma visão de mundo ética, crítica e politizada, na medida em que propicia o desenvolvimento da capacidade de ler o mundo, estabelecendo relações entre os fenômenos econômicos, políticos e sociais e superando uma visão ingênua da realidade.

A abordagem epistemológica escolhida para orientar esta investigação foi o Materialismo dialético e o procedimento: estudo de caso. Os instrumentos de coleta de dados: análise de documentos institucionais (Regimento, PPP, Planos de ensino e outros que se fizeram necessários); análise de documentos legais que tratam do ensino médio e do ensino técnico; observação e registro de aulas e atividades extraclasse.

O paradigma marxista afirma como essência o caráter científico do conhecimento histórico, e o enfoque de sua análise é a estrutura e a dinâmica das sociedades humanas. A análise marxista baseia-se nas estruturas presentes com o objetivo de orientar a práxis social, e tais estruturas conduzem à percepção de fatores

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

formados no passado cujo conhecimento é útil para intervir na realidade atual. Existe assim uma vinculação epistemológica dialética entre presente e passado. No estudo das sociedades humanas, o marxismo utiliza como conceitos fundamentais modo de produção, formação econômico-social e classes sociais. As mudanças sociais não ocorrem pela atuação isolada de indivíduos, mas pelas lutas sociais. As liberdades e opções das pessoas são limitadas pelas forças produtivas, existindo uma delimitação estrutural herdada da história anterior. (FRIGOTTO, 2008)

Escolheu-se como procedimento de pesquisa o estudo de caso, pois permite o aprofundamento da investigação em um determinado ambiente, no qual se tem um interesse próprio, singular e específico. É um procedimento adequado para se realizar análises qualitativas, pois deve ser rico em dados descritivos, mas orientado por um plano aberto e flexível, visto que visa focalizar uma determinada realidade de forma complexa e contextualizada. (VIROTE, 2009)

O objetivo geral deste estudo de caso foi investigar as contribuições do ensino de História no Ensino Técnico Integrado de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, para a formação do profissional de Edificações, no sentido de desenvolver uma visão de mundo ética, crítica e politizada. Para tanto, buscou-se analisar a responsabilidade social do trabalho do professor de História; conhecer os fundamentos do planejamento, ensino e avaliação da disciplina de História no ensino técnico integrado de nível médio no IFG e analisar o PPP do IFG e do Curso de Edificações, principalmente, no que se refere ao papel da história na formação do aluno.

Para atingir estes objetivos, foram desenvolvidas pelo pesquisador as seguintes atividades: análise do PPP do IFG e do Curso de Edificações; observação da prática docente do professor de História do 2º ano do Ensino Médio no Curso Técnico Integrado de Edificações, no segundo semestre de 2009. Foram observadas, também, as aulas de História no primeiro semestre de 2010, na mesma turma, à época, no terceiro ano. O professor de História desta turma, entretanto, foi outro, o que possibilitou ao pesquisador novas experiências no processo de observação.

Decidiu-se acompanhar o trabalho docente a ser desenvolvido pelo professor de História do segundo ano (Ensino Médio), após conversa com o coordenador de área. A justificativa para a escolha dessa turma se deve ao fato de que pretendíamos, no primeiro semestre de 2010, continuar o nosso processo investigativo, tendo como objeto de nossa pesquisa, a mesma turma, desenvolvendo suas atividades acadêmicas no

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

terceiro ano, como concluintes do Ensino Médio. Deste modo, pudemos nos dedicar de maneira mais sistemática, como também aprofundar a nossa observação e análise sobre as contribuições do ensino de História no ensino técnico integrado de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, para a formação do profissional de Edificações.

No ano de 2009, foram acompanhadas dezesseis horas de atividades educativas (em sala de aula), vivenciadas no processo ensino-aprendizagem da turma escolhida.

No primeiro semestre de 2010, foram acompanhadas dezesseis horas de atividades educativas em sala de aula, com a mesma turma, no terceiro ano. Não foi possível acompanhar mais aulas, porque os alunos ficaram três semanas sem atividades desta disciplina, uma vez que o professor pediu exoneração de seu cargo por ter sido aprovado em concurso público para docente na Universidade Federal de Goiás (UFG), em regime de dedicação exclusiva.

Este artigo pretende sintetizar o caminho percorrido e os conhecimentos elaborados, neste processo, com objetivo de apresentar os aspectos relevantes observados no processo ensino-aprendizagem. São reflexões iniciais, que se pretende aprofundar em outros trabalhos.

Além da observação realizada, foi aplicado um questionário aos alunos e realizadas entrevistas com os professores de História da Instituição. A partir destes instrumentos buscou-se apreender a visão do professor e do aluno acerca das contribuições do ensino de História no ensino técnico integrado de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, para a formação do profissional de Edificações. Estes dados serão analisados em trabalhos posteriores.

2 O ambiente da pesquisa: o IFG e o Curso de Edificações

2.1 A Instituição onde se realizou a pesquisa

O IFG, até pouco tempo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) foi instituído pela edição da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Por força desta lei, que criou os Institutos Federais, o CEFET-GO passou a ser denominado Instituto Federal de Goiás e/ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

O IFG tornou-se uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais, uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, tendo por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Além da sede em Goiânia, o IFG conta com mais quatro *campi* em funcionamento: Jataí, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu. Está implantando, ainda, outros quatro *campi* - Anápolis, Luziânia, Formosa e Aparecida de Goiânia. A Instituição, hoje, nos seus diversos *campi*, oferece cursos em diferentes níveis de ensino e em várias áreas de conhecimento. Atualmente, atende cerca de cinco mil alunos. Anualmente, são oferecidas mais de 1.500 vagas, nos períodos diurno e noturno em cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados e licenciaturas. As áreas compreendidas por esses cursos são: Construção Civil, Geomática, Indústria, Informática, Meio Ambiente, Mineração, Química, Telecomunicações, Transportes, Turismo e Hospitalidade.

Na educação superior, prevalecem os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, mas existem, também, cursos de bacharelado e licenciatura. Na última década, esta instituição educativa tem se dedicado, também, à formação de professores. Já conta com Licenciatura em Química, Física e História (este último iniciou-se, recentemente, no segundo semestre de 2009).

Na educação profissional técnica de nível médio, a instituição atua preferencialmente na forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Além disso, existem três cursos Técnicos Subseqüentes de nível médio.

2.2 O curso em que foi realizada a investigação

Na antiga Escola Técnica Federal de Goiás, o Curso Técnico em Edificações foi criado em 1942, pelo Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, que aprovou o *Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial* e, em seu Art. 15, instituiu os cursos técnicos. O Curso de Edificações figurava na Seção III, que tratava da indústria da construção.

Esse curso sofreu várias modificações em sua estrutura curricular, em função das mudanças no mundo do trabalho e das exigências legais delas decorrentes. O Curso

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

Técnico em Edificações, da forma como hoje se configura, foi criado no ano de 2007, amparado pelas mudanças na legislação referente à Educação Profissional, regulamentadas inicialmente pelo Decreto nº 5.154/2004 e posteriormente pela Lei nº 11.741/2008 que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9394/96), no sentido de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

No dia 19 de dezembro de 2008, a Resolução nº 08, no seu Art. 1º, autorizou o funcionamento do Curso Técnico Integrado em Edificações na Unidade de Ensino de Goiânia (sede), com 30 (trinta) vagas, no turno matutino (VIROTE, 2009).

De acordo com o PPP do Curso Técnico de Edificações, ao oferecer este curso, o IFG tem por objetivo geral atender aos princípios enunciados pela legislação que regulamentam o ensino técnico integrado, bem como contribuir para a capacitação técnica da mão-de-obra da construção civil de Goiânia, criando melhores condições de inserção do cidadão no mundo do trabalho. Para tanto, pretende formar profissionais de nível técnico na área de Construção Civil, com habilitação em Edificações, capazes de acompanhar atividades de planejamento, projeto, execução e manutenção de edifícios em empresas de pequeno, médio e grande porte e preparar os jovens para futuras evoluções e ocupações dentro da área da construção civil. (IFG, 2007).

Hoje, o Curso de Edificações tem duração de quatro anos e regime seriado anual. A proposta do curso está organizada por disciplinas, com uma carga horária total de 3.267 horas. A esta carga horária, serão acrescentadas 400 horas para estágio curricular supervisionado, que será realizado, objetivando a integração teoria e prática, e o princípio da interdisciplinaridade, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho, na realidade social. Também serão acrescentadas 120 horas de Atividades complementares que serão desenvolvidas conforme o regulamento interno aprovado pelo Conselho Diretor da Instituição. (IFG, 2007)

3 A disciplina História no Projeto Político Pedagógico e na prática educativa do Curso Técnico de Edificações

No Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFG (documento em elaboração - PPPI, 2009), após serem definidos os fundamentos balizadores da sua construção relativos à teoria/prática, ciência/tecnologia, educação/trabalho e os novos tipos de

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

conhecimento requeridos do trabalhador pelo mundo do trabalho e pelas necessidades e demandas sociais e ambientais, definem-se os princípios, em relação à prática pedagógica da instituição e o currículo, quais sejam:

I. A integração entre conhecimento geral e conhecimento específico como princípio norteador da construção dos diversos itinerários formativos presentes na Instituição.

II. A formação técnica e tecnológica e a criação de tecnologia como constructos histórico-sociais, culturais e econômicos.

III. A integração entre teoria e prática.

IV. A formação básica sólida, capacitando o aluno-trabalhador, jovem e adulto, de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos do mundo do trabalho (IFG, 2009, p.9).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso, a carga horária da disciplina de História é de 162 horas/aula, a serem distribuídas nos três primeiros anos do curso, com carga horária semanal de duas horas/aulas. No quarto e último ano do Curso de Edificações, não é oferecida a disciplina História, pois neste ano, a maioria das disciplinas é de caráter técnico. No último ano, as disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais, que compõem a grade curricular são: Língua Portuguesa e Sociologia. A primeira destas é oferecida nos quatro anos e a segunda, apenas no último. Filosofia é ministrada somente no segundo ano.

De acordo com o mesmo documento, o objetivo do ensino de História consiste em representar fontes diversas em contextos diferenciados; compreender as etapas históricas e interpretar as relações de continuidade-permanência e ruptura-transformação; interpretar a relação produção-cultura. Para tanto, propõe como ementa da disciplina o estabelecimento de relações entre trabalho e produção, tecnologia e ciência, numa abordagem histórica da articulação desses elementos no interior de cada formação social e de cada contexto histórico analisado, visando o desenvolvimento e aprofundamento da capacidade crítica do aluno através da percepção dos processos de transformações econômicas, sociais e culturais por que passaram as sociedades (IFG, 2007).

Conforme explicita o coordenador da área de Ciências Sociais, o Curso de Edificações é anual, com entrada no início de cada ano letivo. Neste curso, portanto, existe apenas uma turma de cada série. No ano de 2009, dois professores de História estavam ministrando a disciplina no curso em questão. Um, nas turmas de primeiro e

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

segundo ano e outro, na turma do terceiro ano. Ambos são graduados em História. O primeiro é mestre e o segundo, doutor.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso, a avaliação discente deve ser contínua e cumulativa, envolvendo os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Para tanto, deve assentar-se na observação sistemática e constante do desempenho do aluno com a observação de pontos importantes como: a atenção, o interesse, as habilidades, as responsabilidades, a participação, a pontualidade e a assiduidade na realização de atividades e organização nos trabalhos escolares.

Segundo as orientações do PPP, na avaliação da aprendizagem devem preponderar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Na aferição do rendimento escolar para cada bimestre deverão ser aplicados, no mínimo, dois instrumentos, tais como: observação diária pelos professores; trabalhos individuais ou coletivos; avaliações dissertativas e objetivas; arguições; relatórios; atividades extra-classe; auto-avaliação; leitura complementar (IFG, 2007).

As estratégias de avaliação deverão ser variadas e utilizadas como meio de verificação que, combinadas com outros instrumentos, levem o aluno à reflexão, ao desenvolvimento da própria criatividade e ao hábito de pesquisar. Além disso, as estratégias de avaliação e a sistemática de aferição do rendimento escolar deverão ser explicadas, pelo professor, aos alunos no início de cada período letivo, observando-se os critérios estabelecidos na Organização Didática. Toda avaliação realizada deverá ter as correções explicadas pelo professor e devolvida ao aluno, para que este supere suas dificuldades de aprendizagem. (IFG, 2007)

Vale destacar que a forma processual e contínua da avaliação foi observada na prática dos professores de História da turma em que foram realizadas as observações pelo pesquisador. Além de prova, que continha questões de múltipla escolha e dissertativa, os docentes utilizaram diferentes instrumentos e estratégias de avaliação, como seminários, trabalhos individuais e grupais, tarefas de casa. Estas atividades realizadas eram valorizadas pelo professor e compunham a nota final da disciplina. Assim, o professor atuava de acordo com o que propõe Massetto (1997, p. 98):

Na verdade, a avaliação acompanha todo o processo de aprendizagem e não só o momento privilegiado (o da prova ou do teste), pois é um instrumento de *feedback* contínuo para o educando e para todos os participantes [...] O processo de avaliação se coloca como um elemento integrador e motivador e não como uma situação frequentemente carregada de ameaça, pressão ou terror.

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

O PPP do Curso Técnico em Edificações, ao partir do princípio de que a educação não é algo a ser transmitido, mas a ser construído, propõe uma metodologia de ensino que se apóie em um processo crítico de construção do conhecimento, a partir de ações incentivadoras da relação ensino-aprendizagem, baseada em pressupostos pedagógicos.

Para tanto, devem ser organizados projetos interdisciplinares que contemplem a diversidade, a autonomia, a contextualização e a flexibilidade, ou seja, uma prática efetiva e consistente do ensino, de modo amplo e democrático. Com isso, pretende-se atingir uma educação de qualidade, com constante reavaliação dos seus pressupostos, que devem estar em sintonia com as necessidades, as expectativas e a formação integral do aluno, procurando tornar possível a todos os discentes o acesso ao saber, à cultura e à arte.

De acordo com o coordenador, os planos de ensino são formulados, por cada equipe de professores, que elabora um plano anual, por disciplina, quando são iniciadas as atividades, no começo do ano letivo, durante a Semana Pedagógica. Neste evento, organizado pela Diretoria de Ensino, são realizadas palestras com teóricos renomados da área da educação profissional. Além disso, são realizadas reuniões por área, por curso e por disciplina. Estas atividades de planejamento são, também, realizadas no meio do ano, mas ficam mais restritas às áreas e cursos.

Os professores têm autonomia para desenvolver suas atividades durante o ano. Entretanto, as atividades propostas pelos professores devem estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da escola e do curso, dos objetivos estabelecidos e as necessidades detectadas no processo pedagógico. Esse processo é sempre desenvolvido dentro de um diálogo e com a participação efetiva do conjunto dos professores, dando suas opiniões e sugestões a respeito das possíveis reformulações a serem efetuadas.

O coordenador da área de Ciências sociais afirmou que a instituição mantém a disposição do corpo docente uma vasta biblioteca, vídeos, DVDs, datashow, retroprojetor, mapas e outros recursos didáticos e midiáticos e que cada professor se organiza, de acordo com sua programação individual, para utilizá-los em suas aulas.

Nas aulas observadas, no segundo semestre de 2009, constatou-se que apesar do professor não diversificar muito seus procedimentos didáticos, ele conseguia promover o interesse e a participação dos alunos. Ele procurava sempre relacionar o conteúdo com o contexto histórico atual e as situações cotidianas vivenciadas pelos alunos. Com isso,

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

ia ao encontro do que afirma Massetto (1997, p. 35): “A sala de aula e a realidade externa do aluno devem estar intimamente ligadas”.

Embora o professor não tenha utilizado mapas para situar geograficamente os países a que se referia o conteúdo da aula, ele não se prendia apenas ao texto básico do livro didático. Além dos textos, ele explorava as ilustrações e documentos históricos presentes no livro, para explicitar o assunto trabalhado.

O livro didático utilizado é escolhido por uma equipe de professores de cada área, orientada por sua coordenação, em reuniões específicas para isso. O professor da turma observada não participou deste processo, pois este ocorre no início do ano, quando ele ainda não havia sido contratado. Os livros didáticos são distribuídos gratuitamente aos alunos, que devem devolvê-los em bom estado, após sua utilização.

Para ampliar o conteúdo trabalhado, o professor utilizava vários textos complementares, tanto aqueles que constavam do livro didático, como de outras fontes pesquisadas por ele. O professor apresentava, também, algumas indicações bibliográficas, a fim de ajudar a compreender melhor o conteúdo da aula e sugeria leituras extras, para que os alunos pudessem aprofundar seus conhecimentos.

O docente fazia questão de trabalhar conceitos e termos históricos importantes para a compreensão do texto. Muitas vezes, elaborava esquemas explicativos e registrava-os no quadro-giz, a fim de que os alunos anotassem para posterior consulta.

A metodologia utilizada, para correção das atividades realizadas em casa ou em sala e para a leitura coletiva dos textos complementares, promovia a interação dos alunos entre si, com o professor e com o conteúdo trabalhado, facilitando sua assimilação. Com isso, ele conseguia despertar o interesse dos alunos com relação aos temas trabalhados, promovendo uma efetiva participação na aula, por meio de debates, questionamentos e reflexões. De acordo com Massetto (1997, p. 35), “a interação estimula a produção de conhecimento conjunto e a ciência se torna, assim, uma aprendizagem coletiva”.

Observou-se, porém, que as meninas participam mais ativamente do que os meninos. Alguns alunos permaneciam dispersos, apesar do esforço do professor em propor temas e atividades interessantes e diferenciadas.

No geral, pode-se afirmar que o professor procurou ser criativo e usar diferentes procedimentos para promover a aprendizagem dos alunos e atingir seus objetivos. Poderia, porém, variar um pouco mais os recursos didáticos, incluindo, por exemplo, mapas geográficos, a fim de situar os fatos e processos históricos que estavam sendo

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

trabalhados. Também poderia sugerir filmes, e trazê-los para serem trabalhados em sala de aula, a fim de promover o interesse dos alunos e assim incentivar a participação e o debate.

O docente retomava sempre a aula anterior antes de introduzir um novo conteúdo, promovendo a fixação do conteúdo ministrado anteriormente, relacionando-o com tema da aula. Apesar de haver iniciado suas atividades docentes na escola, no meio do primeiro semestre letivo, o professor conseguiu construir um bom relacionamento com os alunos, respeitoso e amigável. Deste modo, o educador conseguia sempre manter a disciplina da turma, durante suas aulas, sem necessitar de recorrer a posturas autoritárias. Buscava sempre incentivar a participação e a interação entre todos, além de promover o interesse pelo conteúdo da disciplina.

As observações realizadas contribuíram para que o pesquisador pudesse compreender melhor o papel do professor de História no ensino médio e a importância de uma postura ética e comprometida com o desenvolvimento do espírito crítico e investigativo dos alunos.

Nas aulas observadas no primeiro semestre de 2010, pôde-se perceber que, servindo-se de documentos históricos e de material historiográfico, o professor procurou, sempre, trabalhar com os alunos os conceitos de que eles já dispunham, percebidos no seu cotidiano e assimilados no âmbito do senso comum. No entanto, à medida em que eles foram sendo articulados com o conhecimento escolar, alcançaram um novo significado e abrangência, e passaram a contribuir de modo significativo para a construção de conceitos fundamentais para a análise da História e do mundo no qual estão inseridos.

Verificamos que, ao iniciar cada atividade de ensino, o professor possibilitou a cada aluno a oportunidade de expressar sua compreensão e conhecimento sobre o conteúdo a ser trabalhado, com isso, o professor, não só conseguiu uma interação positiva, através do diálogo, como também pôde acolher a cultura do grupo e articulá-la com o conhecimento escolar, referenciado no conhecimento científico. A cultura dos alunos pode se transformar num elemento facilitador para o seu aprendizado e possibilitar ao educando, por meio do ensino de história, uma condição reflexiva em relação a sua cultura cotidiana (SOARES, 2008).

Ao dialogar em sala de aula, sobre os elementos da cultura, os dois professores observados procuraram estimular nos alunos a necessidade de interação com os outros colegas, ao mesmo tempo em que provoca expectativas e interesses pelas atividades que

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

estavam para acontecer. A sala de aula se tornava, neste processo, um espaço privilegiado de interação e valorização das vivências cotidianas dos alunos, um espaço onde o professor, como mediador, auxilia os alunos a dar novos significados as suas experiências e as informações adquiridas, transformando-as em conhecimento.

O ensino de história em seu caráter comparativo e analítico favoreceu, deste modo, a alunos e professores a ressignificação consciente e reflexiva do presente, com vistas a um futuro mais justo e solidário. Para isso foi preciso possibilitar aos alunos a significação consciente dos conteúdos da história, para que, de posse de tais conteúdos pudessem compreender os aspectos fundamentais de sua vida cotidiana e assim participar desta de forma ativa e responsável.

De acordo com Soares (2008), a cultura deve ser percebida como um precioso material de análise, tanto da historiografia, como para os professores de história, configurando-se como um campo de investigação e uma possibilidade a mais para a compreensão da realidade, na qual alunos e professores participam como agentes ativos para sua transformação.

Uma das formas de viabilizar as atividades de ensino de história, adotada pelo professor acompanhado pelo pesquisador, no primeiro semestre de 2010, foi o trabalho com a formação de conceitos científicos. Essa apropriação possibilitou aos alunos manter um diálogo consciente com a sociedade na qual estão inseridos.

A construção de conceitos, coletivamente, em sala de aula, permite que professores e alunos interajam com os conhecimentos científicos e acadêmicos, dialoguem e estabeleçam relações entre estes conhecimentos e os de senso-comum adquiridos através de suas vivências cotidianas.

A formulação de um conceito pelos alunos se realiza com a mediação do professor. Em uma atividade de ensino de história, isto implica em trabalhar com os alunos problemas que os direcionem para a construção do conceito. É, portanto, imprescindível o questionamento sobre o significado e características que fundamentam a construção do conceito, sua contextualização histórica, temporal e espacial. Dominar o conceito significa percebê-lo em sua dimensão mais ampla para poder utilizá-lo e compreendê-lo como parte do processo histórico no qual estão inseridos.

A apropriação de conceitos por parte dos alunos se constitui um dos elementos fundamentais da atividade de ensino de história. Os alunos, no decorrer de sua vida escolar, desde o início do ensino fundamental, se apropriam dos principais conceitos históricos. Ao se apropriar de um conceito, o aluno passa a dispor de um importante

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

instrumento para a continuidade de seu processo de aprendizado. Formular o conceito é um dos percursos necessário para que o aluno tenha permanentemente acesso ao conhecimento histórico, ao longo de sua vida.

Segundo Soares (2008), a historiografia desenvolveu, ao longo de sua trajetória, alguns conceitos que são indispensáveis a compreensão e análise da história. Os conceitos, ricos em significados, foram historicamente formulados, o que possibilita compreender um determinado período da história, bem como determinadas características de uma sociedade. Trabalhar com eixos temáticos, no ensino de história, implica desenvolver determinados assuntos que englobam conceitos e conteúdos específicos das temáticas a serem estudadas.

Para que o aluno tenha interesse e compreenda a história e para que esta ciência tenha um significado para ele, é fundamental que os conceitos, que estão relacionados ao seu estudo e compreensão, possam ser compreendidos pelos alunos em distintos níveis de complexidade.

Alguns conceitos como escravidão, trabalho, meios de produção, mudanças, permanências, revolução, socialismo e capitalismo precisam ser refletidos, analisados e apropriados pelos alunos, para que eles possam pensar historicamente o mundo e as suas diversas sociedades. O professor observado, em 2010, pelo estagiário, trabalhou, principalmente, o conceito de “revolução”. Para tanto, foi necessária a utilização e a resignificação de vários outros conceitos. O que foi feito por meio de muita discussão e leitura de textos históricos.

O professor procurava interagir com seus alunos, para identificar previamente quais os conceitos que traziam de suas vivências cotidianas sobre o que pretendia ensinar, para programar atividades que respondessem às necessidades e expectativas dos alunos, estimulando o processo de ensino-aprendizagem.

O aprendizado da história, nesse sentido, se apresentou como uma eficaz possibilidade de os alunos usarem os conhecimentos históricos, para a melhor explicitar e esclarecer os processos desencadeados na contemporaneidade, a fim de contribuir para que esses alunos possam se situar em relação ao seu tempo e participar ativamente das transformações de sua sociedade, de maneira crítica e reflexiva.

De acordo com Soares (2008), a partir da resignificação da cultura cotidiana, pode-se introduzir o aluno no mundo da história. A história não está apenas nos livros e tampouco na sala de aula. A história está no nosso cotidiano, na forma de vermos e compreendermos o mundo e de interagirmos com ele. A atividade de ensino de história

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

tem por objetivo transformar o conhecimento em algo significativo para a vida do aluno, seja como processo de leitura e interpretação da realidade, ou como meio para superar as dificuldades impostas por ela.

A aprendizagem só é significativa, quando os alunos se apropriam do conhecimento e se utilizam dele como instrumento para compreender e dar sentido a sua vida cotidiana. Neste sentido, Bittencourt (2004) afirma que o objetivo do ensino de história é contribuir para a formação do cidadão em suas três dimensões: a política, a intelectual e a humanística.

O ensino médio, de acordo com a Lei 9.394/96, deve ser orientado por uma educação geral formativa e não propedêutica, sem uma preocupação efetiva com a especialização profissional, mas tendo como objetivo central o preparo para o exercício da cidadania. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de História procuram articular a formação para a cidadania com o domínio de informações e conceitos históricos fundamentais, destacando-se os de cultura, trabalho, organização social, relações de poder e representações.

O ensino de história no IFG adquire conotações especiais, pois deve ser coerente não apenas com a etapa da educação básica a que se destina – ensino médio-, mas também, com a modalidade, em que está inserido – educação profissional.

Considerações finais

O sentido do termo Educação Profissional adotado pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) é explicitado no seu Artigo 39: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.” (BRASIL, 1996)

A concepção exposta na Lei demonstra a relevância técnico-política na constituição de uma Educação Profissional de qualidade social. Segundo Oliveira (2010), isso implica num processo educativo mediador das relações entre trabalho e educação, numa perspectiva comprometida com a formação do cidadão crítico, competente e solidário no exercício profissional, no contexto da construção de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável, direcionado para a superação das condições de desigualdade, injustiça e dominação econômica, e necessariamente, para a inclusão social.

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

A educação técnico-profissional encontra-se permeada por concepções conflitantes e antagônicas e, portanto, de disputa política. Por trás de cada conceito de conteúdo ou de organização, camufla-se um amplo embate histórico de caráter político-ideológico que evidencia as relações de poder que se reiteram em nosso processo histórico.

O projeto da classe burguesa brasileira não considera a necessidade de universalização da escola básica para os trabalhadores e reproduz por diferentes mecanismos, o dualismo no ensino e uma educação profissional e tecnológica restrita para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado. Trata-se de um processo que reafirma, ao longo de nossa história, a “modernização do arcaico” e a manutenção das estruturas de profunda desigualdade econômica, social, cultural e educacional que predominam em nossa sociedade.

Diante destes dilemas, a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio aparece como uma oportunidade de articular aquilo que historicamente foi dissociado na trajetória da educação no Brasil: a formação histórico-cultural e científica da formação para o trabalho. Diante disso, procurou-se verificar, nesta pesquisa, quais as contribuições desta forma de educação profissional integrada para uma formação humana que supere as dicotomias produzidas no mundo capitalista e qual o papel do ensino de história neste tipo de organização curricular.

Pesquisadores da área consideram que o ensino médio integrado constitui-se em um significativo avanço no que se refere à superação da visão dualista que tem prevalecido entre o ensino médio e ensino profissionalizante, mas este avanço não assegura, por si, a conquista de uma nova cultura pedagógica. O grande desafio, que se faz presente, não está associado ao como ensinar, mas ao como promover efeitos formadores da personalidade e desencadear processos de instrução e de educação que contribuam para uma compreensão mais ampla da sociedade e na emancipação tanto do aluno como do professor. A emancipação, nesse sentido, supõe que o ser humano seja sujeito “artífice de seu próprio agir” (Ciavatta, 2007; Araújo, 2010).

De acordo com Ciavatta (2007), o objetivo mais abrangente dos percursos integrados é promover a melhoria conjunta, da qualidade da escola regular e da formação profissional, renovando a relação entre formação geral e cultura do trabalho. A integração deve ter como meta prioritária a luta contra as desigualdades e injustiças sociais, buscando superar a segmentação social, institucional e disciplinar, orientando a

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

educação para o crescimento cultural, intelectual e humanístico e o exercício fundamental de seus direitos de cidadania.

Nesse sentido, a totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais. Não sendo apenas uma concepção mental, o conceito de totalidade social tem um referente histórico, material, social, moral, ou afetivo de acordo com as relações, processos sociais complexos ou mediações sociais que constituem determinada totalidade (Ciavatta, 2007, p. 205)

Entendemos assim, essa nova concepção de educação, em sua dimensão emancipatória, no sentido de fornecer aos estudantes uma possibilidade de leitura ampliada do mundo e uma preparação intelectual e profissional para atuar e obter os meios necessários para uma vida digna, mesmo em um mundo onde crescem o desemprego, a desregulamentação das relações de trabalho e o empobrecimento de grandes contingentes da população trabalhadora.

Na pesquisa realizada no IFG, no Curso Técnico de Edificações, durante os dois semestres em que o pesquisador procurou se inserir nas atividades de ensino de História, as observações da prática pedagógica dos dois professores, que ministram a disciplina permitiram perceber que os docentes compreendem a importância do estudo de História, no curso técnico integrado como um elemento curricular fundamental para a construção de uma concepção crítica do mundo e do trabalho.

Vale ressaltar a necessidade de que sejam realizadas outras pesquisas sobre a História do IFG e do ensino técnico, a fim de se explicitar as contradições existentes na sua complexa realidade, que não pode ser apreendida na sua riqueza, em um trabalho desta natureza.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica e a necessária atitude docente integradora. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas, PEREIRA, Júlio Emílio Diniz, LEAL, Leiva de Figueiredo Viana e SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 479-496.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1.996.

CIAVATTA, Maria. Formação integrada: entre a cultura da escola e a cultura do trabalho. In: CIAVATTA, Maria (org.) *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2007. p. 129-151.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Extraído de

<http://www.diaadia.pr.gov.br/det/arquivos/File/GRUPO%20DE%20ESTUDOS/2009/CURSOSTECNICOS/texto1-GaudencioFrigotto.pdf> Acesso em 20/04/2010.

IFG (BRASIL). *Documento em Construção - Projeto Político Pedagógico Institucional do IFG – PPPI*. Goiânia, janeiro de 2009 p.01 a 06.

IFG (BRASIL). *Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico de nível médio em Edificações*. Goiânia, 2007 p.01 a 31.

MASETTO, Marcos. *Didática: a aula como centro*. São Paulo: FTD, 1997.

OLIVEIRA, Maria Neto. A formação de professores para a educação profissional. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas, PEREIRA, Júlio Emílio Diniz, LEAL, Leiva de Figueiredo Viana e SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 454-478

SOARES, Olavo Pereira. *A atividade de ensino de História: processo de formação de professores e alunos*. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2008.

VIROTE, Shirley Mar Pereira. *A Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: implicações das mudanças legais no Governo Lula para o IFG*. Dissertação de Mestrado em Educação. Goiânia: UCG, 2009.